



Câmara autoriza Município a comprar vacinas

Requerimentos e moções

As ações dos vereadores em favor da coletividade, voto de aplauso e moções de pesar.

Páginas 4 e 6

Sem médico no PSF, distrito vive momento de preocupação

Carmópolis sente os efeitos indesejados da carência de profissionais no mercado.

Página 6

Câmara volta a atender e receber o público

Página 8



Volney Henrique

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas aprovou, por unanimidade, projeto de lei do Poder Executivo que ratifica protocolo de intenções firmado entre municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate á pandemia do novo coronavírus, além de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde. A nova lei autoriza o município a aderir ao consórcio liderado pela Fundação Nacional de Prefeitos (FNP) e a abertura de dotação orçamentária própria para fazer face às despesas.

Página 3

Vereadores pedem a criação do auxílio emergencial

Requerimento solicita que o Poder Executivo crie o Auxílio Emergencial Municipal, para atender famílias em extrema pobreza e também profissionais autônomos cuja renda foi severamente impactada pela pandemia.

Página 8

Legislativo aprova anistia de juros e multas municipais

De acordo com a decisão, serão oferecidos descontos nos encargos de impostos e taxas, inscritos em dívida ativa, até o percentual de 100%.

Página 5

Famílias atingidas pela Covid-19 recebem novos votos de solidariedade

Plenário faz balanço de pandemia, lamenta perdas e diz que cuidados devem continuar.

Página 2

Prefeito veta parte da lei que divulgava nomes de vacinados

Executivo argumentou que, de acordo com a Constituição da República, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas,

Página 6

Aprovadas mudanças no Conselho Municipal de Habitação

Iniciativa beneficia programas habitacionais de interesse social.

Página 7

Lei incentiva reaproveitamento de materiais de construção

Doações serão destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Página 5

Novo Pronto Atendimento pode prejudicar a Santa Casa

Página 7

Tribuna Livre

Cidadã pede Plano Diretor para conter crescimento desordenado



Volney Henrique

Para falar sobre plano diretor municipal, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, ocupou o espaço dedicado à Tribuna Livre, na sessão legislativa ordinária realizada no dia 26 de abril de 2021, a cidadã Cristiane Paolinelli Rabelo.

Página 8

Vacina + Ação



Ao ser vacinado contra a Covid-19, em Carmópolis, doe um quilo de alimento não perecível às famílias necessitadas. Compartilhe sua alegria com quem está sem trabalho e sofre dificuldades por causa da pandemia.

A vida sorri e lhe agradece!

UMA CAMPANHA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

Famílias atingidas pela Covid-19 recebem novos votos de solidariedade

O vereador Dirceu da Silva, líder do governo e do PSD (*foto ao lado*), solidarizou-se com as famílias carmopolitanas atingidas pela Covid-19, fato agravado pela necessidade de se deslocarem com pacientes para cidades distantes, em busca de tratamento e internação em hospitais referenciados. Dirceu acrescentou que felizmente a população está finalmente se conscientizando de que a doença é grave, ao contrário de alguns meses atrás, quando ainda prevalecia o argumento negacionista.

Para ele o problema de agrava quando as famílias são obrigadas a se deslocarem por grandes distâncias, não bastando a triste realidade de não poder visitar seus pacientes. “Peço a Deus que voltem todos bem para suas casas”, acrescentou o parlamentar, que também se solidarizou com os comerciantes locais, que finalmente puderam voltar a trabalhar, após serem equiparados, equivocadamente, aos lojistas de grandes cidades, dentro da “Onda Roxa” estabelecida pelo governo estadual.

Ao prestar seus pêsames às famílias brasileiras que já perderam entes queridos por conta da Covid-19, a vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV) apontou, na mesma sessão, a necessidade de aprofundamento da conscientização dos habitantes do município, em relação aos cuidados que devem ser tomados contra a pandemia.

Jaqueline tomou por base a retomada de parte das atividades comerciais naquele dia, afirmando que às vezes os comerciantes são muito cobrados, mas os governos esquecem de cobrar da sociedade, cuja conscientização, apesar de estar sendo feita, ainda é ineficaz, não atingindo plenamente seus objetivos. De acordo com ela, pouco a pouco as pessoas estão passando a usar menos a máscara



Volney Henrique

e se aglomerando na cidade e até mesmo no distrito de Bom Jardim das Pedras, onde muita gente tem transitado pela praça sem máscara, prejudicando tanto a saúde pública como o setor comercial.

“Se chegamos a este ponto é porque a população brasileira e mundial ainda não entendeu que estamos vivendo uma pandemia, que não acabará simplesmente pela vacina”, argumentou a vereadora, manifestando sua preocupação com idosos que, pelo fato de já terem sido vacinados, acham que podem se relacionar livremente, sem tomar as devidas precauções. “Sabemos que não é bem assim. A vacina nos dá uma proteção, ajuda muito, mas não evita totalmente a infecção, como mostram casos existentes em Carmópolis”, continuou a parlamentar. Por isso é fundamental que as pessoas vacinadas continuem mantendo os devidos cuidados e a fiscalização não seja afrouxada. Argumentou que essa

falta de consciência social é a principal responsável pela situação caótica vivida nos hospitais e pela necessidade de enviar pacientes para cidades distantes. “Muitas pessoas conhecidas e queridas estão perdendo suas vidas, não por suas culpas, mas pela nossa falta de cuidados”, apontou.

Ainda sobre a pandemia, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) comemorou a reabertura do comércio determinada pelo Poder Executivo Municipal. Ele ressaltou que a existência de lojas com portas fechadas é algo muito triste, pois trata-se de trabalhadores que precisam conseguir seu ganho. Fernando apontou como fato positivo e gerador da reabertura, a diminuição do número de casos de Covid-19 no município.

Os números relacionados à incidência de Covid-19 em Carmópolis foram citados pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), que mostrou a necessidade da população manter os mesmos cuidados, evitando as aglomerações e usando máscara, na certeza de que o problema vai passar. Ele voltou a criticar a Onda Roxa determinada pelo governo de Minas, que para ele só serviu para atrapalhar os pequenos comerciantes, que acabaram pagando a conta. “Foi lamentável e espero que não mais ocorra”, argumentou o vereador, citando, ainda, a continuidade do problema para os proprietários de bares, muitos deles dependentes desses pequenos negócios para manter suas famílias. Para ele, trata-se de pessoas que não se enquadram no cadastro social da Prefeitura, mas passam por crise temporária, necessitando do auxílio da Assistência Social.

Asfalto acaba com problema antigo de rua

“O sofrimento dos moradores da Rua Vitalgino Marques, graças a Deus, acabou”. As palavras são do vereador Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) -*foto ao lado*- e foram ditas durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 26 de abril de 2021. Ele se referia à obra de asfaltamento concluída naquela data, solucionando um problema que se prolongava por muitos anos, em trecho onde os veículos não tinham como passar.

No mesmo pronunciamento Antônio Pinto pediu à liderança do governo que viabilizasse, junto ao Poder Executivo, reivindicação feita por ele por meio de ofício, para que seja efetuada a pavimentação de



Volney Henrique

aproximadamente 50 metros da área que tem início na marginal que dá acesso ao Parque Industrial (na lateral da “Oficina do Bachadão”) até a estrada da Barrinha, principal acesso ao Parque Industrial sem passar pela Rodovia Fernão Dias, tendo em vista que o local encontra-se em péssimas condições de tráfego. Ele também pediu ao líder, gestões junto ao

Poder Executivo, para que seja atendido outro ofício assinado por ele, para que seja efetuada a limpeza dos lotes na Rua Estefânia Assis de Abreu, nas proximidades do número 56, no Bairro Jardim Boa Vista. O vereador ressaltou que o local possui alguns lotes com muito mato, propiciando a proliferação de insetos nocivos à saúde humana.

Vereador pede reabertura de praça

O vereador José Laércio da Silveira (*foto à direita*) líder do DEM Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, defendeu a retirada das grades que isolam o espaço interno da Praça dos Passos, dentro das medidas restritivas baixadas pela Prefeitura no combate à pandemia do novo coronavírus.

Manifestando-se durante a sessão ordinária do dia 26 de abril de 2021, Laércio argumentou que, sem as grades, as aglomerações serão menores naquele logradouro, aumentando o espaço de circulação.



Volney Henrique

Ele explicou que, como os frequentadores da praça estão impedidos de transitar pelo seu interior, acabam se aglomerando nas portas de lojas, debaixo de árvores e à sombra de marquises de edifícios.

O parlamentar pediu

ao líder do governo no Legislativo, vereador Dirceu da Silva (PSD), que levasse a sugestão ao prefeito José Omar Paolinelli (PSD), para que fosse feito um estudo sobre a reabertura da praça.

Cresce o número de moradores de rua em Carmópolis

O aumento do número de moradores de rua em Carmópolis de Minas está preocupando o vereador Dirceu da Silva – líder do governo e do PSD, que abordou o tema durante a sessão ordinária realizada no dia 05 de abril de 2021.

O parlamentar informou ter sido questionado sobre as ações que porventura estejam sendo desenvolvidas pelos vereadores e secretarias de governo, com o objetivo de amenizar

essa situação e dar assistência a essas pessoas, incluindo a realização de exame de Covid-19, já que muitos são de outras cidades e não usam máscara contra a transmissão do vírus.

Dirceu disse ter levado o problema ao conhecimento das autoridades municipais, incluindo a as secretarias da Saúde e Assistência Social, informando, ainda, que esses órgãos públicos já estariam atuando nesse sentido.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)
Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010
Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP
Mesa Diretora da Câmara - 2021

Presidente: Célio Roberto Azevedo (PSD)

Vice presidente: Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Secretário: Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Tesoureiro - João Francisco Vieira (PSD)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Edição

Jornal GAZETA DE MINAS – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Impressão – Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.

Câmara autoriza Município a comprar vacinas



Volney Henrique

Os vereadores de Carmópolis de Minas aprovaram, por unanimidade, projeto de lei do Poder Executivo que ratifica protocolo de intenções firmado entre municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do novo coronavírus, além de medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde.

A nova lei autoriza ao município a aderir ao consórcio liderado pela Fundação Nacional de Prefeitos (FNP), que terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica. Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do Art. 8º da Lei Federal 11.107/2005, podendo ser suplementado em caso de necessidade.

Justificando a iniciativa, o prefeito José Omar Paolinelli (PSD)

Em sua justificativa o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) esclareceu que o consórcio não é para a compra imediata da vacinas, mas para uma maior segurança jurídica, no caso de o Plano Nacional de Imunização (PNI) não conseguir suprir toda a população.

Disse o mandatário que a iniciativa de construir condições políticas, administrativa, jurídicas e diplomáticas inafastáveis para a aquisição de vacinas

por parte dos Municípios Brasileiros não rivaliza, nem se sobrepõe às iniciativas do governo federal e estaduais. Pelo contrário, somam.

Lembrou o prefeito que o Supremo Tribunal Federal, em Ação ajuizada pela OAB, permitiu que estados, distrito federal e municípios possam comprar e fornecer à população vacinas contra a Covid-19. A autorização para a aquisição dos imunizantes foi admitida nos casos de

descumprimento do Programa Nacional de Imunizações pelo governo federal ou de insuficiência de doses previstas para imunizar a população.

Sobre o projeto, o vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) lembrou, durante a sessão ordinária do Legislativo Municipal realizada no dia 29 de março de 2021, o encaminhamento, por ele, de um requerimento ao prefeito, solicitando o envio de projeto nesse

sentido. “É gratificante saber que parte do meu requerimento está contemplado neste projeto de lei”, grifou o vereador, mostrando que o prefeito estava se juntando ao consórcio liderado pela Frente Nacional de Prefeitos, que naquela data já reunia 2.599 cidades. Outros 896 municípios tinham manifestado interesse em participar, entre eles Carmópolis de Minas. O parlamentar destacou seu histórico de defesa das causas relacionadas à área da saúde e agradeceu ao prefeito o envio da matéria à Câmara.

Falando sobre o tema durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 05 de abril de 2021, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) lembrou que os imunizantes são avidamente aguardados por todos os carmopolitanos, como forma de se livrarem dos perigos da doença, e por isso era mais que justa a aprovação do projeto.

Dirceu da Silva, líder do governo e do PSD, pediu aos municípios participantes que ajam todos juntos, para conseguirem adquirir as vacinas, não devendo afrouxar e apenas aguardar que as soluções venham do governo federal, pois se assim for, eles terão que aguardar por vários anos.

Precariedade das estradas rurais é novamente debatida

A situação precária das estradas rurais do município voltou a ser destaque na sessão da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 12 de abril de 2021. Sobre o tema, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) apontou a precariedade da via que liga o bairro da Prata ao povoado do Pará, Reconheceu ser impossível socorrer a todos ao mesmo tempo, mas revelou ter recebido um pedido urgente da população, em vista de serem muito ruins as atuais condições daquela ligação.

João Francisco Vieira (PSD) disse ter sido procurado pelo senhor conhecido por Geraldo da Contabilidade, residente na comunidade da Formiga, pedindo providências para a estrada que liga o distrito de Bom Jardim das Pedras à rodovia MG-270. O

vereador informou ao cidadão que conversaria com o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) sobre o caso. Outro problema destacado pelo vereador é o trecho de estrada que liga a Capela de São Geraldo à comunidade da Prainha, onde naquele momento era impossível o trânsito de veículos.

Também o vereador José Laércio da Silveira, líder do DEM, apontou problemas em estradas rurais, como os que ocorrem na saída do distrito de Bom Jardim das Pedras para a comunidade da Paciência, próximo ao campo de futebol, que se encontrava muito danificada e cheia de buracos. Como representante da população, ele pediu ao Poder Executivo que realizasse a devida manutenção no local. Laércio descreveu, ainda, uma falha no asfaltamento do trecho da estrada que liga o

distrito à cidade, tendo ficado cerca de dez metros sem a pavimentação, apenas por conta de um pouco de água que escorria sobre a via.

Ainda sobre estradas rurais, o presidente da Câmara, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) afirmou, durante a sessão ordinária do dia 19 de abril de 2021, que aguardará o cumprimento da lei aprovada pelo Legislativo, que determina a publicação das planilhas de trabalho pela Secretaria Municipal de Obras, para que, de posse dos dados, possa informar a sociedade, com mais propriedade e acerto, sobre os serviços em execução, entre eles onde as máquinas estarão trabalhando e em quais vias. “Dessa forma terei como dar uma resposta mais exata a esses cidadãos”, avaliou o presidente.

Vereador denuncia invasão de área particular pela Prefeitura

A Prefeitura de Carmópolis invadiu uma área pertencente à senhora Odete Inácia Machado, nas imediações do local onde será construído o Fórum Municipal, no bairro Monte Carmelo. A afirmação é do vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) e foi feita durante a sessão ordinária da Câmara Municipal, ocorrida no dia 5 de abril de 2021.

O parlamentar pediu à presidência do Legislativo a formação de uma comissão especial para apurar o fato, acrescentando que o mais estranho é que a proprietária tem toda a documentação que comprova que a sua propriedade foi invadida, tendo, inclusive, tentado negociar com o município, apresentando os documentos ao setor jurídico da Prefeitura e tendo sido feito até mesmo um requerimento.

“Isso me deixa indignado, pois mesmo sabendo que a área foi invadida, a proprietária terá que gastar com advogado para provar que a área é sua, o que é lamentável”, afirmou o vereador, acrescentando que, além de invadir a área, a Prefeitura derrubou a cerca lá existente.

Marcelo disse se tratar de algo que precisa ser apurado pela Câmara e por isso a necessidade de formação de uma comissão especial, pois considera que o poder público tem conhecimento da invasão e que o Legislativo precisa dar o devido suporte à proprietária, que é uma mulher séria e não reivindicaria nada que não fosse dela.

O presidente da Câmara, Célio Roberto Azevedo (PSD), acatou o pedido de Marcelo e disse que criará a comissão especial o mais breve possível, após análise do episódio.

Sobre a Avenida Omar da Costa Paolinelli, aberta durante a administração 2008/2012, objeto do comentário na sessão anterior e que vinha gerando alguns questionamentos, o vereador Geraldo Lucas, líder do PV, lembrou, na sessão do dia 12 de abril, que já foram feitos os canteiros centrais e instalada a iluminação e que esteve no local para verificações, como também conversou com o atual prefeito José Omar Paolinelli (PSD). O vereador disse concordar com possível abertura de comissão especial para averiguar o que realmente se passa no local.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) voltou a dizer que sua função é fiscalizar e atender o que lhe for reivindicado pela população, sendo, ainda, obrigação do Poder Executivo prestar os devidos esclarecimentos.

Tem início a obra da Rua Formosa

Em pronunciamento realizado na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária realizada no dia 12 de abril de 2021, o vereador Geraldo Lucas, líder do PV, comunicou ao plenário o início da obra de drenagem e pavimentação na Rua Formosa, há muito requerida pela população e licitada durante a administração anterior.

De acordo com o líder de bancada, a obra era aguardada há décadas pelo povo de Carmópolis de Minas, mais precisamente pelos moradores do bairro Aparecida. Lembrou que o convênio foi assinado em 2019, com valor acima de quatrocentos mil reais.

“O bairro Aparecida e toda aquela região urbana merecem as melhorias, aguardadas há muito tempo”, argumentou o vereador, agradecendo a um dos seus principais idealizadores, o ex-vereador e atual secretário municipal de Obras Sérgio Damião Moraes, que conseguiu parte dos recursos necessários, junto ao ex-deputado federal Edson Moreira.

Concluindo, afirmou o parlamentar que a iniciativa tornava real um sonho antigo dos moradores e usuários, uma obra que, de fato, será muito bem aproveitada por todos.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos coletivos

Célio Roberto Azevedo (PSD), João Francisco Vieira (PSD), Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), Dirceu da Silva (PSD), José Laércio da Silveira (DEM) e Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Rua Formosa - Que seja solicitada da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, a possibilidade de concluir a pavimentação da Rua Formosa, visto que o projeto original vai até a Avenida Ipê Amarelo, contemplando ainda o trecho até a Rodovia MG-270.

Informações e documentos - Que seja solicitado do Poder Executivo as seguintes informações e documentos: Cópia de extratos da conta bancária da iluminação pública do período de 2014/2020; Cópia de todos os empenhos pagos com recursos da iluminação pública, período de 2014/2020; Informar se foram utilizados recursos da iluminação pública para outras finalidades.

Claudinei Vicente da Silveira (PV), Fernando Luís Rabelo Lebron (PV), Geraldo Lucas de Lima e Silva (PV), Jaqueline Emília Luciano (PV), Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Vacina+Ação - Que o Poder Executivo analise junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou em parceria com alguma entidade, a criação do movimento VACINA+AÇÃO. O movimento terá a finalidade de receber doações voluntárias, não obrigatórias, de alimentos não perecíveis durante a vacinação contra a Covid-19. O município, ao ir se vacinar, poderá levar seu alimento a ser doado e deixar em caixas que serão disponibilizadas nos locais e nos dias de vacinação. Os alimentos arrecadados serão distribuídos para pessoas necessitadas, que já estejam inscritas no cadastro da Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas.

Alameda José Galdêncio - Que seja solicitado do Poder Executivo, atendendo a reivindicação da senhora Maria Lacerda, conhecida popularmente como “Dona Fritz”, em caráter de urgência, a pavimentação da Alameda José Galdêncio no Residencial São Bento, tendo em vista as péssimas condições de tráfego no local. Que seja vista a possibilidade de extensão de rede, para atender moradora que reside há aproximadamente três anos na via sem ligação de energia elétrica, bem como iluminação pública no local.

Auxílio Emergencial Municipal - Que seja solicitado do Poder Executivo, que envie para a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, projeto criando o **Auxílio Emergencial Municipal**. O benefício mencionado irá atender famílias em extrema pobreza e também profissionais autônomos cuja renda foi severamente impactada pela pandemia. O projeto a ser encaminhado para Câmara terá por finalidade autorizar o Município implementar o programa, que possa estipular auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 200 (duzentos reais) durante três meses, e que crie regras no projeto de lei e cronograma para pagamento das parcelas. Diante da dimensão dos danos causados pela pandemia de Covid-19 e na busca de suavizar esses efeitos, que atingem com rigidez ainda maior os menos favorecidos, os vereadores e vereadora que a este subscrevem, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, o senhor prefeito municipal, requerer o envio do projeto com a maior rapidez possível para análise desta Casa.

Sinal de TV - Que seja solicitado do Poder Executivo, atendendo a reivindicação dos municípios, a manutenção ou substituição do receptor de sinal da TV INTEGRAÇÃO na torre, uma vez que estamos sem sinal e a população mais carente não tem condições de adquirir antenas parabólicas e outras, que custa caros, reivindicação feita pelo vereador Antônio Pinto em 2019, através do requerimento nº 87/2019. Segundo informações recebidas, existe sinal da torre em nossa cidade, e que a mesma está desativada necessitando apenas de manutenção.

Requerimentos individuais

Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD)

Cachoeira dos Dias - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a manutenção da estrada que sai do povoado da Cachoeira dos Dias, indo para o povoado do Urubu e povoado do Peão, tendo em vista que as estradas mencionadas se encontram em péssimo estado de conservação, obrigando muitas vezes os usuários a darem voltas enormes devido à dificuldade de acesso.

Rua Vitalgino Marques - Que seja solicitado do Poder Executivo a poda de uma árvore na Rua Vitalgino Marques, no Bairro Cacimba, na altura do número 103.

José Laércio da Silveira (DEM)

Povoado Bom Jardim das Flores - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, a execução de um aterro com intuito de levantar o nível da estrada que sai da MG-270 e dá acesso ao Povoado Bom Jardim das Flores, próximo à fazenda que pertencia ao senhor José do Ramiro, tendo em vista que existe um mata-burro de cimento no local que está alagado, devido ao grande acúmulo de água.

Rua Otaviano Araújo - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, em caráter de urgência, a construção de quebra-molas na Rua Otaviano Araújo com Isabel de Souza Morais, em frente ao número 54, no Bairro de Fátima,

uma vez que muitas crianças brincam no local e carros e motos trafegam em alta velocidade, oferecendo grande risco de acidente.

Rua São Geraldo - Colocação de uma manilha na Rua São Geraldo, no Bairro de Fátima, em frente à residência de número 437, onde há uma boca de lobo, mas o cano colocado não está suportando a água da chuva, o que está ocasionando alagamento no lote ao lado da residência mencionada, podendo causar prejuízos na estrutura.

João Francisco Vieira (PSD)

Rua Isaura Ferreira Borges - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, atendendo reivindicação dos moradores locais, a construção de dois quebra-molas na Rua Isaura Ferreira Borges, localizada no Distrito do Bom Jardim.

Distrito do Bom Jardim - Que seja realizado o patrulamento em toda a região do Distrito do Bom Jardim, em especial nos povoados da Formiga e Capão.

Distrito do Bom Jardim das Pedras - Substituição da iluminação pública do Distrito do Bom Jardim das Pedras por lâmpadas de LED, pois além de serem mais eficientes, utilizam menos energia, o que trará grandes benefícios para os moradores e economia ao município.

Povoado das Cabeceiras - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, a substituição de duas porteiras por mata-burros, no Povoado das Cabeceiras, sendo um na divisa do terreno do senhor conhecido como “Antonino” com o senhor José Romualdo e o outro na divisa do senhor José Romualdo com a senhora Ruty. Via de acesso à Rua Isaura Ferreira Borges.

Geraldo Lucas (PV)

Bairro Santo Antônio - Que seja solicitado do Poder Executivo, a manutenção dos postes de iluminação das duas praças do bairro Santo Antônio, uma vez que existem vários postes sem iluminação, alguns foram depredados, perdendo parte de sua estrutura, outros postes estão com suas lâmpadas queimadas pelo decurso de tempo que foram utilizadas.

Rua José Paolinelli - Que seja solicitado do Poder Executivo a poda de uma árvore localizada na Rua José Paolinelli, em frente à residência de número 177, no bairro Santo Antônio.

Rua Padre Francisco - Que sejam podadas as árvores localizadas na Rua Padre Francisco, no Centro, nas proximidades dos números 446 e 447.

Claudinei Vicente da Silveira (PV)

Rua Desidério Cordeiro - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, a canalização da enxurrada da Rua Desidério Cordeiro, na altura do número 495, localizada no Povoado do Japão Grande, uma vez quando chove a água escoava pela via, deixando o final da rua intransitável.

Bairros Graminha e Morro do Tanque - Que seja solicitado ao SESAM, que avalie a possibilidade de ligação de água e rede de esgoto em residências próximas aos bairros Graminha e Morro do Tanque, pois moradores relataram que os locais são considerados urbanos, porém nem todas as casas possuem a ligação de água e rede de esgoto.

Comunidades da Formiga e Capão - Que seja solicitado ao SESAM, que analise a viabilidade de água encanada nas comunidades da Formiga e Capão, uma vez que cidadãos informaram que não recebem água tratada em suas residências. Esclareceram, ainda, que estão sendo obrigados a furar cisternas ou poços artesianos ou até mesmo contar com a boa vontade dos vizinhos para fornecer água.

Povoado do Japão Grande - Que seja solicitado do Poder Executivo, a iluminação pública da Praça São Sebastião “Rosângela Grappe», no Povoado do Japão Grande, localizada em frente ao Posto de Saúde Municipal “Argeu Maurício Vaz de Oliveira”, tendo em vista que o local é muito escuro, causando insegurança aos transeuntes.

Rua Antônio Gonçalves Lara - Que seja solicitada do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, a conclusão da pavimentação no final da Rua Antônio Gonçalves Lara no Bairro Santo Antônio, para atender os moradores e os comércios locais. No ano passado, a administração municipal realizou obras de drenagem e canalização no local, necessitando apenas a conclusão da pavimentação.

Jaqueline Emília Luciano (PV)

Conjunto Habitacional Maestro Milton Leite - Que seja solicitada do Poder Executivo, através da Comissão Municipal de Trânsito, a construção de uma rotatória na entrada do Conjunto Habitacional “Maestro Milton Leite”, no Bairro Açude, atendendo reivindicação dos moradores e usuários, que pegam ônibus do transporte coletivo e funcionários da Empresa COPOBRÁS, esclarecendo ainda que a entrada fica bem próxima a uma curva bem acentuada, que coloca em risco o grande número de transeuntes no local, e ainda devido ao grande fluxo de veículos.

Rua Ari Andrade - Possibilidade de instalação de um quebra-molas ou redutor de velocidade na Rua Ari Andrade, nas proximidades do Bar do Tinho, atendendo reivindicação

de usuários da via e dos moradores locais, tendo em vista o excesso de velocidade com que os veículos trafegam, colocando em risco os pedestres e crianças, lembrando ainda que o local é um ponto de ônibus do transporte coletivo.

Comunidade da Lagoinha - Que seja solicitado do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a colocação das manilhas na passagem que dá acesso às residências da comunidade da Lagoinha, nas proximidades do terreno da dona Lourdes, viúva do saudoso senhor conhecido popularmente como “Geraldo Lau”. As manilhas já se encontram há muito tempo no local, necessitando somente da mão de obra do município.

Célio Roberto Azevedo (PSD)

Casa de Passagem - Que seja solicitado do setor de Assistência Social, que estude a possibilidade de estar criando seja através de projeto de lei a ser passado pela deliberação dessa Casa, o acolhimento na modalidade “Casa de Passagem”, para acolher pessoas ou famílias fragilizadas ou em situação de vulnerabilidade. Esse acolhimento é imediato e emergencial, e esse espaço deverá ser utilizado para o acolhimento provisório de pessoas ou grupos familiares, em trânsito e sem condições de se sustentarem, de forma a garantir sua proteção integral.

Praça 27 de dezembro e Praça dos Passos - Que seja solicitado da Comissão Municipal de Trânsito, uma avaliação no trecho compreendido entre a Praça 27 de dezembro e Praça dos Passos, dando uma atenção especial nas proximidades da “Loja Michetti Móveis” e “Padaria do Levi”, no intuito de efetuar a construção de faixas elevadas de pedestres, em alguns pontos estratégicos nos locais mencionados, seguindo as normas estabelecidas pelo CONTRAN- Conselho Nacional de Trânsito, Resolução nº 738 de 06/09/2018, que estabeleceu as dimensões das faixas elevadas de pedestres e a sua localização na via, lembrando que onde houver a faixa elevada, a velocidade dos veículos deve ser limitada a 30 km/h, com redução gradativa do máximo permitido na via até o local da travessia, proporcionando melhores condições de acessibilidade, conforto e segurança na circulação e travessia de pedestres assim como, em terminais de transporte coletivo e em locais de aglomeração.

Remanejamento de servidores - Que seja solicitado do Poder Executivo, que informe a esta Câmara Municipal se os servidores ligados a atividades paralisadas devido à Pandemia de Covid-19 estão sendo remanejados para executar outras funções. Segundo informações de populares, diversos servidores, especialmente da Secretaria de Saúde estão sobrecarregados, passando por acentuado desgaste físico e psicológico. Ajustes administrativos, como a adequação de pessoal, devem ser adotados para garantir eficiência na prestação do serviço público, evitar demissões e tratar com equidade todos os servidores.

Rua Padre Eustáquio - Que seja encaminhada à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural, o pedido para que analise a viabilidade de conclusão do manilhamento na Rua Padre Eustáquio, em caráter de urgência, iniciando na altura da residência nº 177, onde a obra está paralisada, até a Avenida Ipê Amarelo, tendo em vista que a obra foi iniciada há muitos anos e não foi concluída, o que está causando mau-cheiro e mal-estar para os moradores locais, em especial para a residência nº 177, que tem como moradora uma senhora idosa e enferma que se submeteu a uma cirurgia recentemente. O mau-cheiro que escorre na valeta está causando danos à saúde da mesma. Outros moradores relataram que esse problema é antigo e se estende há anos, e são obrigados a conviver com esse mau-cheiro. Alegaram que a conclusão da obra foi uma das propostas de governo da administração passada e que aguardam sua execução até a presente data, sem sucesso.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Documentação - Que seja solicitado do Poder Executivo toda a documentação referente ao processo de licitação das obras da Rua Maria de Lourdes e da Rua Formosa.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Rua São Geraldo - Que seja solicitado do exmo. prefeito municipal, o calçamento em trecho da Rua São Geraldo (Rua sem saída, iniciando na Avenida Nossa Senhora de Fátima até as proximidades da residência nº 111).

Fernando Luís Rabelo Lebron (PV)

Almoxarifado - Que seja indicado ao exmo. prefeito municipal a criação de um almoxarifado para o setor de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, com intuito de melhoria na organização do setor, e principalmente deixando um funcionário responsável para se fazer um levantamento estimado das peças a serem utilizadas na manutenção da frota de veículos e máquinas, a serem estocados, para evitar que carros do transporte escolar, setor de saúde, Secretaria de Obras e outras permaneçam por muito tempo parados, aguardando manutenção até que seja feito o processo de aquisição dos equipamentos, bem como das peças necessárias para este fim.

Lei incentiva reaproveitamento de materiais de construção

De autoria do Poder Executivo, foi aprovado pela Câmara de Carmópolis de Minas, com duas emendas, projeto de lei que dispõe sobre a reutilização das sobras de materiais de construção do setor público e privado, ficando instituído o projeto REUSO, que visa arrecadar doações desses materiais em condições de reaproveitamento. Os interessados na doação deverão entrar em contato com a Secretaria, que destinará profissional para vistoria e recolhimento do material. Poderão ser doados tintas, portas, janelas, vasos sanitários, telhas, pisos, azulejos, material elétrico e hidráulico, canos plásticos e galvanizados, madeiras e outros.

A nova lei tem por objetivo secundário reduzir a quantidade e a nocividade de resíduos de material de construção; preservar, proteger e melhorar o meio ambiente, eliminando os prejuízos causados pela disposição inadequada de resíduos; conscientizar a população sobre a importância da utilização de produtos e serviços que preservem o meio ambiente; estimular e valorizar o reaproveitamento de resíduos. Os materiais serão destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, inseridas no cadastro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O prefeito José Omar Paolinelli (PSD) informou aos vereadores que a iniciativa visa atender à grande demanda de famílias em vulnerabilidade, que não possuem condições de arcar com as despesas

de uma reforma em suas residências

A vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV) disse, durante a sessão ordinária realizada no dia 5 de abril de 2021, que podia falar com propriedade sobre a importância da matéria, pois trabalhou por muito tempo, enquanto município, em favor dessa iniciativa, buscando doações de empresas e pessoas físicas, pois o que para uns é descartável, para outros é início de vida, propiciando a construção da casa própria para famílias carentes. “Ressalto a importância desse projeto, pois isso é promover políticas públicas”, argumentou a parlamentar, acrescentando que essas situações se agravaram no período de pandemia.

Na sessão do dia 19 de abril, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) justificou a emenda modificativa apresentada pela Comissão de Obras, sobre a prestação de contas, afirmando que ela traz ao projeto transparência, já que o doador do material terá acesso às informações sobre o que foi feito de sua doação, dando, assim, mais crédito ao projeto.

O vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) reforçou os argumentos de Fernando. Como autor de outra emenda modificativa, pela qual a prestação de contas será encaminhada também à Câmara, Marcelo afirmou que, como os vereadores têm a missão de fiscalizar, é importante que tenham acesso a esses dados. Destacou, também, a importância do projeto, acrescentando que o poder público

precisa fazer a sua parte, dando sua contribuição em materiais, além de distribuir o que for arrecadado.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB, reforçou as ideias expostas por seus colegas, bem como as emendas apresentadas. Para ele, a ação da Secretaria de Assistência Social de fato poderá ajudar a muitos que passam por dificuldades neste momento de pandemia.

Célio Roberto Azevedo (PSD) parabenizou a secretária de Assistência Social, Eunândia da Silva Rodrigues, tratando-se de um projeto de suma importância, que vem somar e ajudar as pessoas mais carentes.

Dirceu da Silva, líder do governo e do PSD, reforçou o argumento de que o Poder Executivo deve participar diretamente, fornecendo materiais. Ele citou o exemplo de um cidadão que acabou falecendo sem conseguir reformar sua casa, após várias promessas de prefeitos anteriores.

Na mesma sessão, o vereador Claudinei Vicente da Silveira (PV) lembrou que muitas pessoas possuem restos de material de construção em casa e nem mesmo sabem o que farão com ele. Como exemplo citou janelas e portas que, depois de serem trocadas, permanecem encostados nas residências. Com o projeto de lei, esse tipo de material poderá ser todo reaproveitado por pessoas que não têm condições de promover reformas em suas casas.

Santa Casa precisa de uma nova lavadora de roupas



Volney Henrique

A necessidade da Santa Casa de Misericórdia em adquirir uma nova máquina de lavar roupas levou o vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, vice-presidente da Câmara Municipal e líder do PSDB (*foto acima*), a pedir ao plenário do Legislativo o encaminhamento de um ofício ao Poder Executivo, solicitando ajuda financeira para tal aquisição.

De acordo com o vereador, trata-se de uma máquina mais cara, que precisa ser adquirida nos próximos noventa dias. Acrescentou que a instituição presta serviços ao município, e por isso a ajuda da Prefeitura será muito justa. Disse, ainda, que o equipamento servirá para higienizar roupas utilizadas da Santa Casa, Clínica Abraço e postos de saúde, sendo, portanto, uma questão de saúde pública.

Obras de asfaltamento são retomadas



Volney Henrique

A retomada das obras de asfaltamento de ruas de Carmópolis de Minas, dentro do projeto financiado pela Caixa Econômica Federal (FINISA), foi noticiada pelo vereador Geraldo Lucas, líder do PV (*foto*), durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de abril de 2021. De acordo com ele, foram retomadas as obras nos bairros da Prata, Santo Antônio e Cacimba.

O vereador disse, ainda, que em breve o povoado da Gerais irá receber a pavimentação. “A gente vê que o trabalho está indo bem, com suporte da Secretaria Municipal de Obras”, afirmou Geraldo Lucas, apontando, ainda, para o grande porte dessas obras, que dificilmente o município conseguiria realizar com recursos próprios, em espaço tão curto de tempo.

O parlamentar lembrou e agradeceu aos ex-colegas vereadores que participaram da aprovação do FINISA, como também ao ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva, um dos idealizadores do projeto, ao atual prefeito José Omar Paolinelli (PSD) e ao vice-prefeito Leir de Oliveira Lebron (PV).

Legislativo aprova anistia de juros e multas municipais

O Poder Executivo de Carmópolis de Minas foi autorizado pela Câmara Municipal, a conceder descontos de encargos financeiros em créditos da Fazenda Pública Municipal. Projeto neste sentido foi aprovado por todos os vereadores.

De acordo com a decisão, fica o prefeito autorizado a conceder desconto dos encargos financeiros, aqui compreendido os juros e multas, de créditos de impostos e taxas previstas na Lei Complementar nº 99/2019 – Código Tributário Municipal, inscritos em dívida ativa, até o percentual de 100%, obedecendo aos percentuais previstos nos incisos I a II para pagamento integral ou parcelados em até seis parcelas mensais. I – pagamento integral – 100% de desconto; II – pagamento em até 06 parcelas – 90% de desconto.

Os descontos abrangem todos os créditos da fazenda pública municipal inscritos em dívida ativa, inclusive aqueles que estão em processos de cobranças via cartório de protesto ou judicialmente.

De acordo com o prefeito José Omar Paolinelli (PSD), constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Outrossim, é de conhecimento notório o período de crise que todo o país vem enfrentando devido à pandemia do novo coronavírus, sendo necessário a tomada de todas as medidas legais possíveis, no sentido de evitar ainda maior declive das contas públicas, sendo a presente medida uma das possíveis para auxiliar na diminuição do passivo municipal.

Assim, não apenas pode como deve o município tomar todas as medidas cabíveis, no sentido de efetivamente

arrecadar todos os tributos de sua competência, demonstrando a necessidade da aprovação da presente norma para concretizar o mandamento legal citado. Ao conceder dispensa exclusivamente dos encargos incidentes sobre os tributos e não desses, efetivamente dará maior ensejo à arrecadação dos mesmos.

Disse, ainda, o prefeito, que a promoção de ações que visem a recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais é obrigação legal entabulada no art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em pronunciamento realizado durante a sessão ordinária do dia 29 de março de 2021, o presidente da Câmara, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD), parabenizou o Poder Executivo pelo envio ao Legislativo do projeto de lei estabelecendo os descontos, lembrando que na sessão anterior ele, em conjunto com outros colegas, havia encaminhado um requerimento nesse sentido ao prefeito José Omar Paolinelli (PSD).

Sobre o mesmo projeto, o vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) argumentou, durante a sessão ordinária realizada no dia 29 de março de 2021, que se tratava de uma matéria importante, pois concede 100% de desconto nos juros e multas de débitos lançados na dívida ativa, beneficiando os contribuintes do município.

Na mesma sessão o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) destacou a importância da matéria, principalmente para o comércio, pois estando enquadradas na dívida ativa, as empresas não conseguem as certidões negativas necessárias à obtenção de créditos bancários. “Essa negociação favorece muito o comércio local”, grifou o parlamentar.

Sem médico no PSF, distrito vive momento de preocupação

A falta de um médico para atender no posto do Programa de Saúde da Família (PSF) do distrito de Bom Jardim das Pedras levou a vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV) -foto à direita- a fazer um pronunciamento na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária do dia 26 de abril de 2021. Segundo ela, naquele dia havia conseguido se avistar com a secretária municipal da Saúde, Daniela Leite Garcia Silva, que já estaria se mobilizando para conseguir restabelecer o atendimento, interrompido há mais de um mês pela desistência do profissional que lá atendia.

A vereadora chamou a atenção de seus colegas para o fato de Carmópolis, a exemplo do restante do país, estar sentindo os efeitos indesejados da carência de profissionais no mercado, fenômeno provocado pela pandemia



Volney Henrique

do novo coronavírus. Sendo Carmópolis uma cidade pequena, trata-se de um problema preocupante.

“Conversando com ela e vendo sempre sua prontidão, a secretária tem demonstrado toda disposição em nos ajudar. Sabemos que ela está buscando de todas as formas alguém que possa suprir essa necessidade do distrito”, afirmou a parlamentar, acrescentando que, por se tratar de um dos mais frequentados postos de saúde do município, a

ausência do médico é motivo de preocupação, deixando a comunidade ainda mais aflita, além da ansiedade já produzida pela pandemia.

João Francisco Vieira (PSD) também abordou o tema, noticiando que naquele dia esteve no gabinete do prefeito José Omar Paolinelli (PSD), quando cobrou, entre outras iniciativas, a contratação de um médico para o posto de saúde do distrito, admitindo, entretanto, as dificuldades atuais.

Prefeito veta parte da lei que divulgava nomes de vacinados

O prefeito de Carmópolis de Minas, José Omar Paolinelli (PSD), vetou parte do Projeto de Lei de autoria do vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB, aprovado por unanimidade no plenário da Câmara Municipal, que obrigava o Poder Executivo a divulgar lista contendo a relação das pessoas vacinadas, em concordância com o Plano Municipal de Vacinação contra o Covid-19. De acordo com a justificativa do veto, na análise do projeto concluiu-se que existem impedimentos constitucionais e legais para a sua aprovação integral.

O texto original do projeto diz que a lista disponibilizada deveria conter, no mínimo, as seguintes informações para identificação e filtro de pesquisa: I – Nome completo da pessoa vacinada; II – O número do CPF, com os cinco primeiros dígitos substituídos por asteriscos (*); III – Indicação da fase do Plano Municipal em que foi enquadrada; IV – A data da vacinação; V – População alvo da fase respectiva em que foi enquadrada; VI – Local onde exerce suas atividades laborais, caso seja servidor público municipal lotado na secretaria de saúde; VII – a unidade de saúde ou outro local em que a vacinação foi realizada; VIII – o fabricante e lote da vacina.

Argumentou o prefeito que, tendo como base o ordenamento jurídico vigente, tem-se que a divulgação pública de dados particulares, em especial o nome completo, vai de encontro à privacidade e intimidade da pessoa vacinada, posto que a norma possui caráter imperativo, o que obriga o município a dar publicidade a tais dados.

Informou o prefeito que a Constituição da República assevera que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Ou seja: a divulgação externa de determinados dados, em especial do nome completo, afronta os direitos individuais da privacidade e da intimidade, sendo, portanto, materialmente inconstitucional, vez que retiraria o anonimato do titular dos mencionados dados.

O prefeito José Omar apontou que os dados médicos coletados de pacientes, como regra, devem ser mantidos em sigilo,

sendo utilizados para fins específicos, autorizados por lei, desde que respeitada a identidade do titular. Acrescentou que a recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. As normas gerais contidas naquela lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

“Dessa forma, é notório o viés protetivo do ordenamento jurídico vigente para com os dados particulares, com caráter diretamente ligado à privacidade e intimidade, seja para o uso privado ou público, tendo em vista que o objetivo de proteger direitos fundamentais possui primazia sobre a divulgação aberta de informações personalíssimas”, diz o texto do veto.

E conclui o prefeito: “Portanto, frente ao exposto, é medida que se impõe o veto parcial do Projeto de Lei nº 07, de 29 de março de 2021, consistente na inibição do inciso I do artigo 1º, o qual possui a seguinte redação: I – Nome completo da pessoa vacinada. O veto do dispositivo supramencionado tem como finalidade resguardar a divulgação pública do nome completo da pessoa que receber o imunizante em combate ao Covid-19 sob o Plano Municipal de Vacinação”.

Os demais dispositivos foram mantidos.

Durante a sessão ordinária da Câmara realizada no dia 19 de abril, o vereador Antônio Gabriel, autor do projeto, lamentou o veto que impede a publicação dos nomes dos vacinados, informação que, para ele, era crucial para dar a transparência prevista na matéria. E disse que, juntamente com colegas, iria efetuar uma análise da situação, com suporte da assessoria jurídica da Casa.

Posto em votação na sessão ordinária do dia 03 de maio de 2021, o veto foi mantido pelo plenário da Câmara por nove votos a favor e um contra, do vereador Antônio Gabriel.

Moções de pesar

Antônio Carlos

Apresentamos o presente requerimento, solicitando que seja deliberado pelo plenário da Casa, a presente “MOÇÃO DE PESAR”, pela morte do saudoso **SR. ANTÔNIO CARLOS**.

Antônio Carlos, conhecido por todos como “Toninho da Maria” faleceu aos 58 anos, na tarde do dia 31 de março, em decorrência de complicações da Covid-19. Toninho era Filho de Dona Maria de Lourdes Jesus, casou-se com a senhora Regina José Costa de Jesus, e tiveram 03 filhos: André Augusto Costa Jesus, Paulo Henrique Costa de Jesus e Antônio Carlos Júnior.

Ex-funcionário público municipal e um dos fundadores do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, ex vereador, tendo exercido



o mandato eletivo na legislatura 2001/2004 e como presidente da Câmara participou ativamente de um marco importante do Poder Legislativo, quando este tornou-se administrativamente independente, através da Resolução nº 01 de 25/06/2002. Também exerceu o mandato na legislatura 2005/2008 de 04/08/2008 até 31/12/2008.

Toninho da Maria também exerceu o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Carmo e concorreu

como candidato a prefeito nas últimas eleições. Atualmente atuava no mercado como empresário da área de madeira.

Toninho da Maria Sempre defendeu os mais humildes e sempre lutou pelas causas sociais.

Em nome desta Casa Legislativa prestamos essa homenagem póstuma a esta família, apresentado publicamente nossos sentimentos de pesar, nos solidarizando nesta hora de dor.

Carmópolis de Minas, 05 de abril de 2021.

Vereadores Célio Roberto Azevedo (PSD), João Francisco Vieira (PSD), Marcelo de Freitas dos Reis (DEM), Dirceu da Silva (PSD), José Laércio da Silveira (DEM), Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB)

Ivaír Nogueira do Pinho

Apresento o presente requerimento, solicitando que seja deliberado pelo plenário da Casa, a presente “MOÇÃO DE PESAR”, pela morte do saudoso **DEPUTADO IVAÍR NOGUEIRA DO PINHO**.

IVAÍR NOGUEIRA, Filho de Rubens do Pinho Ângelo e Maria Madalena Nogueira, nascido em 06 de novembro de 1951, em Betim. Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy, especializou-se em Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia Econômica e Direito pela faculdade de Direito do Oeste de Minas, em Divinópolis.

Faleceu aos 69 anos, morreu aos 30 dias do mês de março de 2021, em Belo Horizonte, em decorrência da covid-19. Ele estava internado no Hospital



Madre Tereza, chegou a ser entubado, mas não resistiu.

Ivaír foi engenheiro civil, advogado e empresário e teve o primeiro cargo público em 1984, na Secretaria de Obras de Betim. Foi vice-prefeito da cidade em 1989 e 1990 e prefeito em 1991 e 1992. Em 1995 ingressou na Assembleia, onde ficou por cinco mandatos consecutivos. Em 1999 e 2000 foi Secretário Estadual de Esportes.

Ivaír recebeu Título de cidadão honorário de Carmópolis de Minas, tendo em vista os relevantes

serviços prestados ao município, dentre eles, aquisição de veículo para APAE, veículos e diversos equipamentos para o Lar São Vicente de Paula, ajuda na melhoria da estrutura do Tupanara Futebol Clube, liberação de recursos para pavimentação de diversas ruas, liberação de recursos para custeio e aquisição de equipamentos para área de saúde (aparelho de raio X instalado no Núcleo Integrado da Mulher), etc.

Em nome deste Poder Legislativo e de todo povo Carmopolitano, abraço a família enlutada.

Que seu exemplo possa ser seguido pelos que aqui ficam e que o Pai Infinito o acolha em seus domínios e o saiba recomendar por seus muitos méritos.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM)

Moção de aplausos

Apresento o presente requerimento, solicitando a deliberação do plenário para que seja feita homenagem especial, apresentando uma **MOÇÃO DE APLAUSOS** ao reverendíssimo padre Jorge Pereira de Souza Júnior, representando os **párocos de nossa cidade**, apóstolos de Cristo, que vêm dando exemplos de amor e cuidado ao próximo em seus sacerdócios frente à nossa Paróquia Nossa Senhora do Carmo, bem como a todos os pastores das igrejas evangélicas.

Servos que vêm dando sua contribuição significativa diante do assolador e triste momento pelo qual estamos passando com a pandemia de Covid 19.

A doação do tempo, extensão dos ombros amigos e disposição de ouvir, mesmo que por ligações ou atendimentos às pessoas de nossa cidade, tem sido uma grande contribuição para com a vida de tantos. Para muitos desta paróquia que estão passando por momentos difíceis, suas

presenças estão sendo como anjos que trazem paz, luz conforto e esperança, para corações sem esperança, feridos, abatidos e sem direção.

Agradeço a Deus por colocar pastores cheios do Espírito Santo em nossa cidade e deixo aqui também o meu agradecimento especial por todo amor e dedicação para com todo o nosso povo.

Peço a Deus que continue osabençoando infinitamente e também a nossa cidade, nos livrando de todo mal dessa pandemia do Covid 19.

Assim, registro nos Anais desta Casa Legislativa esta singela homenagem, às **IGREJAS DE NOSSA CIDADE**, que são inegavelmente merecedoras da honraria que ora presto, por suas valiosas contribuições para transformação da sociedade nesse momento difícil que estamos vivendo.

Carmópolis de Minas, 15 de abril de 2021.

Jaqueline Emilia Luciano (PV)

Novo Pronto Atendimento pode prejudicar a Santa Casa

A construção do novo Pronto Atendimento (PA) de Carmópolis de Minas foi motivo de manifestação do vereador Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) -*foto à direita*-, durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 5 de abril de 2021. Afirmado estar preocupado com o projeto, ele argumentou não ser contra a obra, por ser de grande interesse da população, mas teme pela sobrevivência da Santa Casa, que fechará as portas no momento em que o PA começar a funcionar.

Isso ocorreria, segundo o vereador, porque a Prefeitura não vai arcar com os custos de um PA Municipal e também os do Pronto Atendimento da Santa Casa, que se encontra em funcionamento. Alertou o vereador para o fato de a Santa Casa ser a porta de entrada de casos de urgência e emergência de Carmópolis, sendo a primeira a ser procurada pelos pacientes. No caso da implantação de um novo PA, a situação ficaria inviável para a Santa Casa, uma entidade que presta serviços à população desde o ano de 1970.

“Quem não quer um hospital funcionando bem na cidade?”, questionou o vereador.

Marcelo revelou que, em uma reunião do comitê de combate à Covid-19, presenciou o ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva falando com a atual secretária municipal da Saúde, que era para comprar os equipamentos do Pronto Atendimento, confirmando as intenções da atual administração de fazer funcionar o novo PA.

O vereador disse saber que o projeto não é do consenso de todos e que a atual secretária da Saúde sabe que é muito difícil o funcionamento de um Pronto Atendimento Municipal, já tendo, inclusive, conversado com o atual prefeito, José Omar Paolinelli (PSD), sobre a questão. “Não quero ver o atual prefeito entrando para a história como a pessoa que fechou a Santa Casa de Carmópolis”, argumentou o parlamentar, sentindo-se na função de fiscalizador do município.

Marcelo lembrou ter investigado a Santa Casa em 2020 e tem certeza de que aquela investigação serviu de algo concreto para a administração daquele hospital, pois foi por meio dessa CPI que a Santa Casa começou a se reorganizar.

Não obstante ser um fato polêmico, Marcelo exortou seus pares, bem como as autoridades constituídas do município, a pensarem um pouco mais, antes de tirarem o PA da Santa Casa, pois são várias famílias que lá trabalham, e a instituição não terá como sobreviver sem os recursos hoje repassados pelo município. “E o que fazer com os



Volney Henrique

funcionários que ali trabalham?”, indagou Marcelo, pedindo ao prefeito e à secretária da Saúde que revejam a questão.

Para o vereador, o excelente espaço onde está sendo erguida a nova estrutura, no bairro Jardim Boa Vista, poderá ser utilizada para outros relevantes fins, entre eles uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

O presidente do Legislativo, Célio Roberto Azevedo (PSD), lembrou que desde o início do projeto de construção do Pronto Atendimento ele se preocupou com a Santa Casa, que antes recebia ingerência política, mas que agora isso não mais ocorre. Destacou que a instituição possui uma grande área disponível para construção e Carmópolis não pode perder o seu hospital.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB, endossou as argumentações apresentadas sobre o novo PA, afirmando que a Santa Casa ajuda o município e ajudou o ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva, apontando o trabalho que a Clínica Abraço, ligada ao hospital, desenvolve hoje na questão da Covid-19. Disse que o hospital está acolhendo o município em setores que seriam de obrigação da Prefeitura, recebendo em troca apenas a compra de material para o Pronto Atendimento. E pediu para o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) não retirar o PA do hospital, que é uma referência para os carmopolitanos. Destacou que ele e outros políticos da cidade vêm ajudando o hospital e que o ex-prefeito parece ter algo de pessoal contra a Santa Casa, querendo fechar uma instituição que é patrimônio do povo.

O caso voltou à discussão durante a sessão do dia 12 de abril, quando Geraldo Lucas, líder do PV, afirmou que não existe nenhuma dívida entre a Prefeitura e a Santa

Casa, instituição que, inclusive, moveu duas ações contra a Prefeitura, ambas com petições indeferidas pela Justiça, confirmando a inexistência dos débitos apontados. Disse, ainda, que não faz nenhuma oposição a que o Pronto Atendimento continue na Santa Casa, mesmo a Câmara tendo aprovado projeto que destina a obra do Bairro Jardim Boa Vista a um Pronto Atendimento Municipal. O vereador entende que é preciso lidar com a situação com muita cautela e técnica, para que a questão possa ser resolvida sem que a população seja prejudicada.

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) disse saber muito bem que a Câmara aprovou o projeto do PA do bairro Boa Vista, inclusive com seu voto favorável, quando, entretanto, não se falava sobre o fechamento do Pronto Atendimento da Santa Casa. E reafirmou sua intenção de lutar pela manutenção da unidade, pois ela é do povo e não pode ser fechada. Marcelo disse que promoverá uma enquete, na qual a população poderá dizer se aprova ou não a mudança do PA. “Sou contra o fechamento do PA da Santa Casa e vou lutar por isso. Se precisar vou mobilizar a população, convocar audiência pública”, asseverou o vereador.

O vice-presidente da Casa e líder do PSDB, Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, afirmou que apesar de não fazer parte da Irmandade Santa Casa de Misericórdia, foi praticamente criado dentro daquele hospital, de onde vem todo o seu amor pela instituição, tendo sido, na legislatura passada, o vereador que mais ajudou o hospital. Disse, ainda, que não sabe por que o ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva alimenta tanto desprezo pela Santa Casa, já tendo tentado acabar com a maternidade, como também não repassando os valores devidamente atualizados para cobrir os reajustes salariais aos quais os funcionários têm direito anualmente. “Entrará para a história o prefeito que ficou oito anos no poder e não trocou sequer uma lâmpada da Santa Casa, alimentando uma rixa política numa entidade que é do povo. Isso é vergonhoso”, argumentou o vereador.

Falando como líder de bancada, Geraldo Lucas informou que não se trata de ex-prefeito, mas do fato de ter havido três decisões judiciais isentando a Prefeitura do pagamento de reajustes para a Santa Casa. Não foi o prefeito que quis, mas o Poder Judiciário que mandou fazer dessa forma. Se ele tivesse pago, teria incorrido em improbidade administrativa por pagamento indevido. “Não se trata de uma prerrogativa do prefeito, mas do cumprimento de decisões judiciais”, concluiu.

Município tem obrigação legal de cuidar de acesso a área turística

A manutenção da via que dá acesso ao local onde se localiza a imagem do Cristo Redentor de Carmópolis de Minas foi apontada pela vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV), durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de abril de 2021, como de obrigatoria atenção da Prefeitura.

Jaqueline citou outros requerimentos que pediam os devidos reparos na via e disse ter descoberto, na Prefeitura, a Lei Municipal 1.614/1999, que caracteriza o local como bem de uso comum do povo e determina ao município a conservação, manutenção e preservação permanente da avenida e da praça, por se tratar de acesso e local de extrema importância para o desenvolvimento econômico, cultural e especialmente da área das telecomunicações. A vereadora grifou que se trata de lei municipal, pedindo à Prefeitura que dê ao local o devido valor.

Ao invés de repetir requerimentos sobre o mesmo tema, Jaqueline considera mais viável invocar a lei já existente, que expressa muito bem todos os pedidos em

favor da manutenção e dos cuidados a serem tomados em relação àquele ponto turístico do município.

A despeito dos problemas verificados nas vias de acesso ao Cristo Redentor do Morro do Tanque, o vice-presidente do Legislativo Municipal, vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara (PSDB) endossou os argumentos apresentados pela sua colega Jaqueline, ressaltando que a área foi doada por sua avó Maria José Rodrigues ao povo de Carmópolis, para que todos pudessem usufruir daquela beleza natural, monumento que há anos se encontra abandonado. Lembrou que na legislatura anterior fez vários requerimentos aos setores de Obras e de Cultura, para que conservassem o que já existe no local, evitando a depredação de um bem que poucas cidades possuem.

Antônio Gabriel sugeriu ao plenário, que fosse feito um requerimento assinado por todos os vereadores, pedindo à atual administração as providências cabíveis, para que o local seja de fato protegido, como manda a lei municipal.

Aprovadas mudanças no

Conselho Municipal de Habitação

Foi aprovado pela Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, com emendas, projeto de lei do Poder Executivo que altera e acrescenta dispositivo à Lei Municipal 1.863, de 10 de setembro de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Habitação, com o objetivo de acompanhar, avaliar e propor política municipal de habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), de natureza contábil, com a finalidade de centralizar e gerenciar recursos orçamentários, para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social, direcionadas, prioritariamente, à população de menor renda.

As aplicações dos recursos do Fundo serão destinadas às ações vinculadas aos Programas de Habitação de Interesse Social que contemplem: I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais; II - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais; III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de área caracterizada de

interesse Social; IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social; V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias; VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social; VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, na qualidade de conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Parágrafo único- Será admitida a aquisição de terrenos para implantação de projetos habitacionais.

Sobre o projeto, o presidente da Câmara, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) pediu, durante a sessão ordinária realizada no dia 12 de abril de 2021, que ele não tenha cunho político, pois muitos pedidos foram feitos anteriormente em favor de pessoas que realmente precisavam fazer reparos em suas casas, sem que os resultados fossem alcançados. Para o presidente, a existência do Conselho é importantíssima para avaliar as famílias que realmente necessitam desse tipo de ajuda.

Vereadores pedem a criação do auxílio emergencial



Volney Henrique



Volney Henrique

Claudinei e Fernando assinaram o requerimento, juntamente com outros três colegas.

Por iniciativa dos vereadores Claudinei Vicente da Silveira (PV); Fernando Luís Rabelo Lebron (PV); Geraldo Lucas de Lima e Silva (PV); Jaqueline Emília Luciano (PV) e Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, requerimento solicitando que o Poder Executivo crie o Auxílio Emergencial Municipal, para atender famílias em extrema pobreza e também profissionais autônomos cuja renda foi severamente impactada pela pandemia.

Sobre a iniciativa, Jaqueline apontou, durante a sessão ordinária da Câmara realizada no dia 5 de abril de 2021, que além de todo o problema gerado pela Covid-19 no setor de saúde pública, há que se perceber as consequências negativas geradas pela pandemia no setor econômico, sentidas por ela em seus contatos, tanto na zona urbana como na rural, com muitas famílias sendo prejudicadas de forma direta.

“É um projeto simples, que cabe no orçamento do município. Pedimos que ele seja enviado a esta Casa para que possamos contribuir efetivamente com aqueles que mais precisam. Não é fácil passar fome e sabemos que existem famílias vivendo em situação de extrema pobreza no município”, argumentou a parlamentar.

Geraldo Lucas, líder do PV, concordou com os argumentos. Segundo ele, Carmópolis possui cerca de 330 famílias vivendo em condições de extrema pobreza, e se o município quiser, consegue instituir o auxílio emergencial, propiciando a essas pessoas a compra de alimento ou pagamento de uma conta atrasada. Lembrou que cidades vizinhas, como Itapecerica, já colocaram em prática esse auxílio.

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) ressaltou o impacto social e econômico causado pela pandemia, com as famílias mais pobres se encontrando em grandes dificuldades financeiras, com risco de não conseguirem suprir suas necessidades básicas. Ele incluiu nessa situação os profissionais de beleza, entre eles os barbeiros, cabeleireiras, manicures e pedicures.

Presidente pede a criação de “casa de passagem”

Ao explicar o conteúdo de requerimento de sua autoria, que pediu a criação, pelo Poder Executivo, de uma casa de passagem em Carmópolis de Minas, o presidente da Câmara Municipal, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) *-foto à direita-* argumentou, durante a sessão ordinária realizada no dia 5 de abril de 2021, que a Prefeitura tem todas as condições de oferecer esse tipo de ação humanitária, dando suporte a essas pessoas fragilizadas, em situação de vulnerabilidade, que passam pelo município e precisam de acolhimento.

“Uma noite, um pouso, um banho, um prato de comida, não será uma despesa grande”, avaliou o presidente, para quem o município precisa começar a cortar na própria carne, enxugando a máquina pública, não entendendo



Volney Henrique

como Carmópolis tem condições de contrair um financiamento de cinco milhões de reais para obras de asfaltamento e de manter a atual estrutura de secretarias, sem unificá-las, para que fosse possível economizar, no sentido de dar suporte a essas pessoas.

Célio acrescentou que a população carmopolitana é sensível, tendo visto muitas vezes cobertores e comida sendo entregues a pessoas sem teto que dormem ao

relento. Disse, ainda, que para o projeto ser viável, é preciso começar pelo poder público, numa espécie de pirâmide. Apontou para a existência de parceiros, citando a Casa Up, exemplo em Carmópolis e que sobrevive com subvenções e doações. “Tenho certeza de que muitos empresários e pessoas que se preocupam com o próximo, vão estar dispostas a colaborar”, concluiu o presidente.

A importância da

Marcelo de Freitas dos Reis (DEM) classificou o requerimento como muito importante para essas famílias. Lembrou que em 2020 os vereadores já haviam pedido a instituição do auxílio ao Poder Executivo, que, entretanto, não foi sensível aos apelos da Casa, esperando que o atual prefeito se sensibilize, enviando o projeto para apreciação do Legislativo.

Ele revelou que apresentaria algumas emendas, pois considera que outras categorias profissionais também se encontram em grande necessidade, citando os motoristas de transporte escolar terceirizado, que há mais de um ano estão com suas atividades paralisadas, sendo que muitos deles dependem dessa renda. Para ele, são muito mais do que 330 famílias necessitadas, pois a pandemia aumentou muito esse contingente de famílias que não fazem parte do cadastro da Prefeitura.

Antônio Pinto de Vasconcelos (PSD) aplaudiu a iniciativa dos signatários do requerimento, afirmando que, ao atender a solicitação, o Poder Executivo faria uma boa ação social, pois existem pessoas passando por muitas dificuldades.

João Francisco Vieira (PSD) também elogiou seus colegas pela apresentação do requerimento, confirmando que existem muitas pessoas em Carmópolis necessitando dessa ajuda.

O presidente do Legislativo, vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) explicou ao Jornal da Câmara que, a partir de um levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, foi realizada uma reunião, na qual ele, os autores do requerimento e o vereador José Laércio da Silveira (DEM) estiveram presentes e na qual o município revelou não dispor de orçamento para suprir essa demanda, até porque não conseguiria abranger todos os necessitados. De acordo com o presidente, a Secretaria ficou de analisar, junto ao setor jurídico da Prefeitura, se há legalidade para oferecer, ainda durante a pandemia, uma ajuda em forma de descontos nas contas de água e luz.

criação de uma casa de passagem também foi destacada pelo vereador Claudinei Vicente da Silveira (PV). Ele argumentou que, como ex-servidor da Secretaria de Assistência Social, pôde sentir a demanda diária de pessoas carentes, que estejam transitando pela cidade, por alimentação e até mesmo por roupas. Lembrou que a Secretaria fornecia a passagem de ônibus, mas os beneficiados também tinham fome, e muitas vezes ele cedia o seu próprio lanche a essas pessoas.

Outra carência desses necessitados é por banho e por roupas limpas. Muitas vezes eles aparecem sujos e com vestimentas precárias, solicitando por ajuda. No caso da Secretaria, eram pedidas doações à comunidade, deixando o material arrecadado à disposição dos que dele necessitassem.

Câmara volta a atender e receber o público

Por meio do Ato da Mesa nº 04, de 19/04/2021, o Poder Legislativo de Carmópolis de Minas alterou procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação da Covid-19, no âmbito da Câmara. Considerando os decretos municipais que dispõem sobre a flexibilização de algumas medidas de combate e prevenção ao novo coronavírus, em conformidade com a real necessidade econômica enfrentada pelos comerciantes do município, a Mesa da Câmara resolveu alterar os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação da Covid-19, ficando reestabelecido o atendimento à população, bem como a participação de público nas reuniões.

O porteiro fará a higienização com álcool 70% das mãos de qualquer pessoa que ingressar no prédio da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas; O porteiro deverá orientar ao visitante sobre a possibilidade de comunicar com a Câmara Municipal por meio eletrônico, ou por telefone; Qualquer comunicação, pedido de informação, requerimento ou afins de qualquer pessoa física ou jurídica, entidade, poder público e demais, serão realizados preferencialmente via e-mail oficial da Câmara Municipal, pelo endereço eletrônico: camaracarmopolis.mg.gov.br ou pelo telefone (37) 3333-1704 ou (37) 3333-2299; Será realizado controle do fluxo de visitantes, evitando aglomerações ou proximidades entre as pessoas, para garantia e segurança sanitária, sendo permitida a permanência de apenas um visitante em cada setor; Os servidores deverão fazer constante higienização das mãos, com uso de sabonetes líquidos ou álcool 70% e papel toalha.

Poderão participar das reuniões ordinárias e extraordinárias até 30 (trinta) visitantes, devendo respeitar as demarcações propostas pela vigilância sanitária. Os parlamentares, servidores, colaboradores e visitantes deverão usar máscaras e manter o distanciamento mínimo de dois metros durante todo o período que estiverem nas dependências da Câmara.

Os parlamentares, servidores e demais colaboradores suspeitos de infecção por COVID-19, constantes da lista do Ministério da Saúde, serão afastados administrativamente pelo prazo necessário. A pessoa abrangida deverá comunicar imediatamente tal circunstância à presidência da Câmara, sob pena de responsabilização administrativa e criminal. Os responsáveis farão o abono da frequência dos servidores e demais colaboradores nas situações previstas nesse ato, mediante a apresentação de comprovante.

Foram revogados os atos da Mesa nº 01 de 03 de março de 2020, nº 02 de 17 de março de 2021 e nº 03 de 22 de março de 2021.

Cidadã pede Plano Diretor para conter crescimento desordenado

Tribuna Livre

Para falar sobre plano diretor municipal, cultura, meio ambiente e qualidade de vida, ocupou o espaço dedicado à Tribuna Livre, na sessão legislativa ordinária realizada no dia 26 de abril de 2021, a cidadã Cristiane Paolinelli Rabelo.

Ela leu o artigo “Renascimento cultural”, de sua autoria, veiculado no jornal Carmópolis Notícias daquele dia, segundo o qual nas últimas décadas Carmópolis passou por muitas transformações, especialmente no que diz respeito ao número de edifícios e de automóveis circulando pela área central, gerando dificuldades de estacionamento, rotina de demolições e construções e a falta cada vez maior de áreas verdes. A verticalização da cidade chega a ponto crucial, no qual se faz necessária a implementação do Plano Diretor Municipal. O artigo pede que o poder público se sensibilize para esta questão, em nome da qualidade de vida dos moradores. O texto

aponta o bom potencial turístico do município, com importante patrimônio a ser salvaguardado.

Ela também leu trecho de texto escrito por Edson Vilela sobre a Páscoa, pedindo a Deus que ressuscite nas pessoas o instinto cultural pela preservação das coisas históricas, turísticas e de estética apurada.

F i n a l i z a n d o , Cristiane citou a frase “Um povo sem memória é um povo sem futuro”, para grifar que ainda há tempo de preservar a história de Carmópolis.

“A gente tem visto a cidade crescer de forma desordenada e gostaria de ressaltar a importância de não deixar de lutar pela preservação de Carmópolis e de sua identidade cultural”, ressaltou Cristiane, lembrando que já existe a ideia de uma casa de cultura em curso, juntamente com um plano de mobilidade urbana e revitalização de áreas de uso comum, ações que favorecerão o bem estar da coletividade.